



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5069, de 06/09/2018

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: [27340/2015](#)
Rubrica:.....

PROCESSO Nº [27340/2015](#)

RELATOR : CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

EMENTA : Tomada de contas anual da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, referente ao exercício financeiro de 2014.

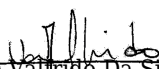
DECISÃO Nº 4292/2018

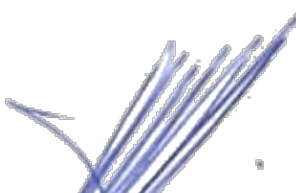
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, concernente ao exercício de 2014, objeto do Processo nº 040.001.246/2015; II - julgar, em relação ao objeto da tomada de contas anual em exame: a. regulares, com ressalvas, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, as contas do Sr. Paulo Antenor de Oliveira (Secretário de Estado no período de 1/1 a 31/12/2014), pelas falhas apontadas nos subitens: 1.2 - Metas não atingidas ou subestimadas ou incompatíveis; 2.2 - Valores indicados para glosas divergentes; 3.1 - Falha na determinação da abrangência do objeto contratual; 3.2 - Morosidade no procedimento licitatório, levando à prorrogação excepcional e contratação emergencial; 3.3 - Divisão do objeto em lotes, acarretando possível perda de economia de escala; 3.4 - Ausência de cursos de capacitação dirigidos aos executores do contrato; 3.5 - Imóveis funcionais residenciais desocupados ou com ocupação irregular; 3.6 - Falhas detectadas na gestão patrimonial; 4.1 - Ausência de profissional capacitado para atestar demonstrativos contábeis, do Relatório de Auditoria nº 69/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF, fls. 578/585 do Processo nº 040.001.246/2015; b. regulares, com ressalvas, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, as contas do Sr. Sérgio Torres Santos (Subsecretário de Administração Geral no período de 1/1 a 30/09/2014) pelas falhas apontadas nos subitens: 1.2 - Metas não atingidas ou subestimadas ou incompatíveis; 3.1 - Falha na determinação da abrangência do objeto contratual; 3.2 - Morosidade no procedimento licitatório, levando à prorrogação excepcional e contratação emergencial; 3.3 - Divisão do objeto em lotes, acarretando possível perda de economia de escala; 3.4 - Ausência de cursos de capacitação dirigidos aos executores do contrato; 3.5 - Imóveis funcionais residenciais desocupados ou com ocupação irregular e 3.6 - Falhas detectadas na gestão patrimonial, do Relatório de Auditoria nº 69/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF, fls. 578/585 do Processo nº 040.001.246/2015; c. regulares, com ressalvas, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, as contas do Sr. Wilson Gomes de Oliveira (Subsecretário de Administração Geral no período de 1/10 a 31/12/2014) pelas falhas apontadas nos subitens: 1.2 - Metas não atingidas ou subestimadas ou incompatíveis; 2.2 - Valores indicados para glosas divergentes; 3.2 - Morosidade no procedimento licitatório, levando à prorrogação excepcional e contratação emergencial; 3.4 - Ausência de cursos de capacitação dirigidos aos executores do contrato; 3.5 - Imóveis funcionais residenciais desocupados ou com ocupação irregular e 3.6 - Falhas detectadas na gestão patrimonial, do Relatório de Auditoria nº 69/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF, fls. 578/585 do Processo nº 040.001.246/2015; d. regulares, nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, as contas dos Srs. Carlos Cesar Soares (Gerente de Material/Substituto no período de 5/5 a 16/5/2014) e Eduardo Rivelino da Costa Carvalho (Gerente de Material no período de 1/1 a 31/12/2014), bem como da Sra. Anna Cristina Cypriano de Oliveira Miguel (Subsecretária de Administração Geral/Substituta no período de 31/3 a 14/4/2014); III - considerar

regularmente encerrada a TCE relativa ao Processo nº 410.002.021/2010, imputação de responsabilidade de terceiro, nos termos do parágrafo 1º do art. 13 da Resolução nº 102/1998; IV - considerar em conformidade com os termos do art. 24 da LC nº 1/94, quites com o erário distrital, no tocante ao objeto da tomada de contas anual em exame, os responsáveis relacionados nos itens II retro; V - determinar, na forma do artigo 19 da Lei Complementar nº 1/1994, aos ordenadores de despesa e demais responsáveis da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades descritas no Relatório de Auditoria nº 69/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 578/585 do Processo nº 040.001.246/2015), de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes no futuro; IV - autorizar o retorno dos autos à SECONT, para as providências pertinentes. Decidiu, mais, aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCD, Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.

SALA DAS SESSÕES, 06 de Setembro de 2018


José Váldir da Silva
Secretário das Sessões


Anilcéia Luzia Machado
Presidente